

titulares dos cargos dirigentes devem observar, no desempenho das suas funções, os valores fundamentais e princípios da actividade administrativa consagrados na Constituição e na lei, designadamente os da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa fé, por forma a assegurar o respeito e confiança dos funcionários e da sociedade na Administração Pública.

Considerando que a profunda reestruturação recentemente operada no âmbito do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, veio impor novas exigências aos titulares dos cargos dirigentes, de dinamismo, de produtividade, de eficiência e eficácia dos serviços, apenas possíveis por via da concretização de novas metodologias de gestão, e pelo reforço do acompanhamento e intervenção directa no funcionamento desses serviços e nas soluções para os problemas com os quais são, diariamente, confrontados no exercício das respectivas actividades;

Face a recentes dificuldades verificadas na gestão, designadamente, no âmbito do combate ao nemátodo do pinheiro, revela-se inadiável a decisão de imprimir uma nova orientação e dinâmica ao modelo de gestão da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, usando a faculdade legal prevista no ponto iv) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando, por último, que se procedeu à prévia audição do visado, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do citado diploma legal;

Nos termos do disposto no ponto iv) da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, face à necessidade de imprimir nova orientação à gestão dos serviços, determina-se a cessação da comissão de serviço do director-geral dos Recursos Florestais, Prof. Doutor Francisco Manuel Cardoso de Castro Rego, com efeitos a 16 de Novembro de 2007.

20 de Novembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Camões, I. P.

Despacho n.º 29478/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente o licenciado Fernando José da Silva Chambel, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Peniche (402497), por reclassificação, na categoria de técnico superior de 1ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 2, índice 475, da tabela indicatória do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerado do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeado. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29479/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Anna Maria Amado, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária do Monte da Caparica-402266, por reclassificação, na categoria de Técnico Superior de Principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 3, índice 590, da tabela indicatória do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29480/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Maria de Fátima Correia Gomes Esteves Silva Caldeira, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária de Odivelas-400609, por reclassificação, na categoria de Assessor Principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 4, índice 900, da tabela indicatória do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29481/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Isabel Maria Seixas Jerónimo, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos, com Ensino Secundário, de Mora — 346410, por reclassificação, na categoria de técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 2, índice 560, da tabela indicatória do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 29482/2007

Por despacho, de 30/11/2007, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe estão delegados pelo Despacho n.º 22 548/2007, publicado no D.R. n.º 187, 2.ª série, de 27/09/2007:

Precedendo concurso interno de ingresso, nomeados, em comissão de serviço extraordinária, para a realização do estágio de ingresso na categoria de técnico verificador de 2ª classe, da carreira de técnico verificador, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, ficando colocados na Delegação Aduaneira de Peso da Régua:

Jorge Manuel Gonçalves Montalvão
Hélder Gabriel Correia de Matos
Donzelina Costa Teixeira
Cristiana Lara de Azevedo Gonçalves Pereira
Manuel Amorim da Costa

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 29483/2007

Pelo despacho, de 30/11/2007, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe estão delegados pelo Despacho n.º 22 548/2007, publicado no D.R. n.º 187, 2.ª série, de 27/09/2007:

Precedendo concurso interno de ingresso, nomeados, em comissão de serviço, verificadores auxiliares aduaneiros de 2ª classe da carreira de verificador auxiliar aduaneiro, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral e colocados nas unidades orgânicas abaixo referidas:

Mário Jorge da Costa Laranjo — Delegação Aduaneira da Horta
Norberto Manuel Melo Santos — Posto Aduaneiro da Praia da Graciosa

José Rogério de Melo Bulcão de Castro — Delegação Aduaneira da Horta

Telmo Eduardo Fonseca Rodrigues — Posto Aduaneiro de Velas de São Jorge

Odete Maria de Melo Bairos — Alfândega de Ponta Delgada (Sede)

Maria Manuela Avelar Soares Santos — Alfândega de Ponta Delgada (Sede)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 29484/2007

Pelo despacho, de 21/11/2007, do Senhor Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Manuel Malheiro Reymão, reverificador assessor principal — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Regimes Aduaneiros da Direcção de Serviços de Regulação Aduaneira.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 29485/2007

Pelo despacho, de 21/11/2007, do Senhor Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Paulo Nuno Monteiro Couto, reverificador — renovada, por um período de três anos, a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Receita e dos Procedimentos Contabilísticos da Direcção de Serviços da Receita Nacional e dos Recursos Próprios Comunitários.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

29 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 29486/2007

Pelo despacho, de 30/11/2007, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados:

Maria da Conceição Oliveira Santos Victor, técnico-adjunto especialista, da carreira de analista aduaneiro auxiliar de laboratório — precedendo concurso interno de acesso, promovida com efeitos a partir de 01/12/2007, à categoria de técnico-adjunto especialista de 1.ª classe da mesma carreira. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Rectificação n.º 2155/2007

Por ter saído com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 26 971/2007 publicado no *Diário da República*, n.º 228, 2.ª série, de 27/11/2007, à p. 34 230, relativo à nomeação de 8 verificadores auxiliares aduaneiros de 2.ª classe da carreira de verificador auxiliar aduaneiro, rectifica-se que onde se lê “Maria Isabel Messias Calvino Martins” deve ler-se “Marta Isabel Messias Calvino Martins”.

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Rectificação n.º 2156/2007

Por ter saído com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 26 972/2007 publicado no *Diário da República*, n.º 228, 2.ª série, de 27/11/2007, à p. 34 231, relativo à nomeação de 171 secretário aduaneiros principais da carreira de secretário aduaneiro, rectifica-se que onde se lê “Maria de Lourdes Peralta Fachada Oliveira” deve ler-se “Maria de Lurdes Peralta Fachada Oliveira”.

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Tesouro

Despacho (extracto) n.º 29487/2007

No âmbito da implementação da orgânica da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças é nomeada, em regime de substituição, por vacatura

do lugar, no cargo de Directora de Serviços de Participações do Estado, em virtude de possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotada de competência técnica e aptidão para o exercício do respectivo cargo, a licenciada Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, nos termos do disposto no artigo 27.º, da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

20 de Novembro de 2007. — O Director-Geral do Tesouro e Finanças, *Carlos Durães da Conceição*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho n.º 29488/2007

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, foi aprovada a nova Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), no âmbito do processo da reorganização estrutural da Administração Pública;

Considerando que na sequência da referida reestruturação, a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional deu lugar ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (IFDR, I.P.), criado pelo Decreto-Lei n.º 137/2007, de 27 de Abril;

Considerando a necessidade de proceder à nomeação do fiscal único que integra a orgânica do IFDR, I.P., nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 137/2007, de 27 de Abril;

Assim, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

1 É nomeado o fiscal único do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. José Vieira dos Reis.

2 É atribuída ao fiscal único, a remuneração anual no valor de € 7 000 (sete mil euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, a qual será paga em 12 mensalidades.

3 O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

1 de Outubro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 29489/2007

Por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 17 de Janeiro de 2007, da 2.ª Secção, proferido no processo n.º 993/06, transitada em julgado no dia 19 de Fevereiro de 2007, foi reconhecido ao ex-Administrador-Delegado do Instituto para a Construção Rodoviária e ex-vogal do Conselho de Administração, Artur Pato Mendes de Magalhães, o direito a uma remuneração adicional, relativa ao exercício de funções em regime de acumulação, durante o período de 28 de Março de 2001 e 7 de Novembro de 2002, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 15 de Março, publicada no D. R. n.º 73, IIª Série, de 27 de Março.

Assim, em cumprimento do citado Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 17 de Janeiro de 2007 da 2.ª Secção, proferido no processo n.º 993/06, determina-se a atribuição ao ex-Administrador-Delegado do Instituto para a Construção Rodoviária e ex-vogal do Conselho de Administração, Artur Pato Mendes de Magalhães, da remuneração adicional prevista no citado n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 15 de Março, que se fixa em 30% do valor padrão a que alude o n.º 17 da citada Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/89, relativa ao exercício das funções por este exercidas em regime de acumulação, durante o período de 28 de Março de 2001 e 7 de Novembro de 2002.

6 de Novembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.